ALIANÇA E RECOMPENSA: A POLÍTICA DE ALINHAMENTO DO GOVERNO DUTRA NOS PRIMÓRDIOS DA GUERRA FRIA NO BRASIL

ALLIANCE AND REWARD: THE POLITICS OF ALIGNMENT IN GOVERNMENT IN DUTRA BEGINNINGS OF THE COLD WAR BRAZIL

Lilian Marta Grisolio Mendes*

Resumo: Este artigo propõe refletir sobre como a Guerra Fria se materializou no Brasil após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nos primeiros anos, especificamente durante o governo do General Dutra, as inflexões na política interna e externa do país expressaram a influência dos Estados Unidos e as diferentes percepções de como se posicionar frente ao novo mundo bipolarizado. No Brasil, o principal aspecto da Guerra Fria, o anticomunismo, se apresentou nas diversas esferas sociais e determinou o posicionamento do país como alinhado dos EUA. Em 1947, uma sucessão de eventos, como o rompimento diplomático com a URSS e a cassação do Partido Comunista culminou na consolidação de um tipo de discurso anticomunista e um alinhamento que não gerou os dividendos desejados, mas fez surgir uma nação que aprendeu o sentido do *American way of life*.

Palavras-chave: História Política, Anticomunismo, Capitalismo, Americanização, Guerra Fria.

Abstract: This article proposes a reflection on how the Cold War has materialized in Brazil after the end of World War II. In the early years, specifically during the government of General Dutra, the inflections in the domestic and foreign policy of the country expressed the influence of the United States and the different perceptions of how to position themselves facing the new bipolar world. In Brazil, the main aspect of the Cold War anticommunism was displayed in different social spheres and determined the position of the country as the USA. In 1947, a succession of events, such as the diplomatic break with the USSR and the forfeiture of the Communist Party led to the consolidation of a type of anticommunist speech and an anti-alignment that did not generate the desired dividends, but gave rise to a nation that has learned the meaning of American way of life.

Keywords: Political History, Anticommunism, Capitalism, Americanization, Cold War.

* Doutora em História Social pela PUC-SP. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás – UFG/CAC. E-mail: limarta@uol.com.br

Introdução

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o período de paz começara sob a o signo do medo. A partir daí, e durante muito tempo, prevaleceu o imaginário de perversos comunistas à espreita, espiões perigosos infiltrados e a ameaça constante da Terceira Guerra Mundial. Essa situação é resultado imediato do que havia ocorrido no desenrolar da guerra. Os Aliados representavam ao mesmo tempo as forças do capitalismo do Ocidente, defendido tanto pelos Estados Unidos como pela Inglaterra, e o socialismo soviético, caracterizado pelo stalinismo. Finda a guerra em 1945 inicia-se a largos passos o confronto entre inimigos outrora aliados. A união que aparentemente era harmônica, e visivelmente contraditória, apesar do combate ao mesmo inimigo, desapareceu rapidamente a partir das novas condições.

Os Estados Unidos eram os únicos a sair da guerra fortalecidos. Resolveu a crise econômica, aumentou o poderio militar e definitivamente havia alçado o grau de "a" potência mais influente. A União Soviética também teve sua condição alterada após a guerra, todavia enfrentou batalhas violentas em seu território e perdeu vinte milhões de vidas. O resultado dessa configuração é uma expectativa ambivalente para os rumos do mundo. Aumentaram as disputas ideológicas, a rivalidade, os conflitos sobre o reordenamento do mundo e principalmente a tensão e a desconfiança.

Destarte, as negociações e acordos realizados no terreno da diplomacia nos inúmeros encontros durante a Segunda Guerra deram lugar a hostilidade e embates discursivos violentos. Era o início do que Bernard Baruch posteriormente batizou em abril de 1947 como *"Guerra Fria"*. Adaptando uma expressão de Eric Hobsbawm, a coisa existia antes do termo.[1]

As origens da Guerra Fria povoam inúmeros trabalhos e suscitam debates acalorados dentro da historiografia. Tais posições serão aqui rapidamente caracterizadas para que possamos vislumbrar as divisões existentes sobre esse período. Um primeiro grupo nomeado de ortodoxos, contemporâneos do início desse conflito, defende que a Guerra Fria foi uma legítima defesa a ameaça soviética, que violou os acordos e obrigou os Estados Unidos a promover a defesa da democracia e da liberdade. Como contra ponto existe a ortodoxia soviética que entende a Guerra Fria como produto do imperialismo estadunidense e suas intenções econômicas.

A partir da década de 50 surgem os revisionistas, ou realistas, que identificam uma mudança de postura diplomática no governo Truman em relação ao seu antecessor. Entendem a Guerra Fria como manifestação de interesses financeiros agregados a política externa, mais do que um combate de reação ao comunismo. Posteriormente, surgem os pós-revisionistas que

[1] A expressão correta é "A coisa existia na Inglaterra antes do termo" do texto A Revolução Industrial. Trata-se da explicação de que o termo Revolução Industrial apareceu muito tempo depois, quando a industrialização já era um fato. Cf, HOBSBAWM, 2003, p. 50

apesar de rejeitar a tese dos ortodoxos, entendem que ambos os lados tem responsabilidades no desenrolar do processo de defesa de seus interesses.[2]

De fato é nítida a mudança de orientação política e diplomática do governo Roosevelt para o governo Truman. Tanto Roosevelt quanto Churchill se valeram durante toda a aliança de instrumentos de negociação e dividiam a crença na possibilidade de que seria possível uma convivência pacífica. Prontamente ao fim do conflito, e principalmente em 1945 na Conferência de Potsdam, já era anunciado um novo momento nas relações diplomáticas.

Em 1946 essa mudança se torna pública no discurso de Churchill, nesse momento ex-chanceler britânico. Em cinco de março profere na cidade de Fulton, no Estado de Missouri:

> Uma sombra desceu sobre o cenário até há pouco iluminado pelas vitórias aliadas. Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e sua organização internacional comunista pretende fazer no futuro imediato, ou quais são os limites, se é que os há, para suas tendências expansionistas e proselitistas... (BARROS, 1985, p. 19)

É nesse discurso que utiliza um termo cunhado por Joseph Goebbels em 1944, para definir o comunismo soviético, *Cortina de Ferro*. Esse discurso não apenas consolidou o uso deste termo, como também colaborou com a intensificação do medo e o imaginário de um ataque comunista a qualquer momento.

O medo crescente, a crença de que os russos planejavam conquistar o mundo, que os comunistas ateus eram inimigos da democracia cristã, uniam-se a ideia de que a guerra tinha trazido uma lição: apesar de tentarem, as democracias não conseguiram deter o totalitarismo alemão. Assim, chegava o ano de 1947 onde se delineou definitivamente os contornos dessa estranha guerra inexistente, porém, real.

George Frost Kennan, conselheiro da embaixada dos Estados Unidos em Moscou, em 1947, escreveu um artigo publicado sob o intrigante pseudônimo de Mr. X Paper onde desenvolveu a noção de *Containment*, ou a chamada *Política de Contenção*. Pensada como uma estratégia numa situação de guerra não declarada, a contenção era uma reação atenta aos movimentos soviéticos.

> O principal elemento de qualquer política norte-americana em relação à União Soviética deve ser a de contenção a longo prazo, paciente, mas firme e vigilante das tendências expansionistas russas (Kennan apud SELLERS, 1990)

[2] Sobre este tema muitos trabalhos diferem na forma e divisões sobre as vertentes citadas. Para o aprofundamento desse debate indicamos MUNHOZ, 2004 e SELLERS, 1990.

Dessa forma, "a política de containment o comunismo, era uma hábil e vigilante aplicação de contra força, constantemente, em uma série de movediços pontos geográficos e políticos" (BANDEIRA, 2005, p. 15). Os Estados Unidos possuíam a vantagem de deter todas as condições para tal, visto que o maior trunfo desta política eram os recursos financeiros.

Segundo Eric Hobsbawm, a visão de George Kennan era de que:

> O comunismo, claro, em sua opinião, tornava a Rússia ainda mais perigosa, reforçando a mais brutal das grandes potencias com a mais implacável das ideologias utópicas, ou seja, de conquista do mundo. Mas a implicação da tese era que a única potencia rival da Rússia, ou seja, os EUA, teria que 'conter' a pressão desta por uma resistência inflexível, mesmo que ela não fosse comunista. (HOBSBAWM, 1995, p. 230)

Na visão de Kennan a URSS deveria ser tratada como rival não apenas pelo comunismo reinante, mas principalmente pelo habitual uso da força. Evidentemente que o comunismo e sua capacidade de organização que já se percebia no mundo, inclusive capitalista, deveriam ser contidos com uma "política coerente e responsável, manter unidas as principais correntes ideológicas do mundo ocidental. Assim, os EUA poderiam forçar o Kremelin a um grau de moderação" (VALIM, 2006, p. 105).

Neste momento a situação do mundo pós-guerra era visto, pelos estadunidenses, como culpa do perigoso e ameaçador mundo comunista e não mais resultado de Hitler e da guerra causada pela Alemanha. A fome, a miséria, a Crise na Grécia comprovavam essa teoria.

Uma força de esquerda dirigida pelo Frente Nacional de Libertação e Exército Nacional Popular de Libertação da Grécia, orientados pelo Partido Comunista da Grécia promoveram uma insurreição civil. Churchill interferiu com o uso das forças do exército britânico e esmagou a revolução, reestabelecendo a ordem liberal. Segundo os tratados de Yalta e Postdam a Grécia era zona de influência britânica, e Stalin foi nesse episódio um observador passivo, intervindo apenas para articular o acordo.[3]

Esse foi o primeiro evento será o primeiro a ser utilizado nos discursos de Churchill e Truman sobre a necessidade de uma política contra a infiltração e subversão comunista.

Se Kennan foi o articulador teórico da Guerra Fria, Truman foi o *consolidador.* Em 12 de março de 1947, o presidente propõe uma nova estratégia na política estadunidense num discurso proferido ao Congresso e que veio a ser conhecida como Doutrina Truman.

[3] Este episódio foi utilizado pelos comunistas críticos do stalinismo para atacar e denunciar os excessos de Stalin e sua traição ao comunismo de fato.

> A própria existência do estado grego é hoje ameaçada pelas atividades terroristas de vários milhares de homens armados, dirigidos por comunistas, que desafiam a autoridade do governo em vários pontos (...) Entrementes, o governo grego é incapaz de lidar com a situação. (...) A Grécia precisa receber assistência para poder tornar-se uma democracia capaz de sustentar-se e respeitar-se. (...)
> Um dos objetivos primordiais da política exterior dos Estados Unidos é a criação de condições em que nós e outras nações possamos arquitetar um modo de vida livre da coerção (...)
> As sementes dos regimes totalitários nutrem-se da miséria e da necessidade. Espalham-se e germinam no solo mau da pobreza e da luta. E atingem o pleno crescimento quando morre a esperança de um povo por uma vida melhor (SYRETT, 1960, p. 315/318).

Pouco depois, em junho do mesmo ano, a primeira ação efetiva da Doutrina era anunciada pelo General Marshall, Secretário de Estado Americano, na Universidade de Harvard. O *European Recovery Programme*, conhecido como *Plano Marshall* tratava-se de uma ajuda econômica de reconstrução de países que, segundo essa lógica, estavam ameaçados. Observa-se a atuação do Plano em duas direções distintas, porém interligadas. A primeira é que o Plano era um auxílio econômico que ajudava a conter a influência dos russos em territórios ainda não controlados, ao mesmo tempo, que alavancou a economia estadunidense.

> Esse Plano Marshall, ou como foi oficialmente denominado European Recovery Plan (ERP) – Plano de Recuperação Européia – constitui o maior sucesso da política norte americana no pós-guerra. Lançou as bases de uma espantosa recuperação europeia e ampliou o mercado de exportações norte-americanas. Uma vez que o ERP fornecia créditos e não dinheiro – assim assegurava que os dólares de ajuda seriam gastos nos Estados Unidos – o plano promoveu uma dos maiores surtos de prosperidade em tempos de paz da história norte-americana (SELLERS, 1990, p. 367).

O Plano comprovava que era o Oriente a preocupação dos Estados Unidos nesse momento, e não a América Latina. Stalin depois de conhecer as condições, entendeu o Plano como um "ato de hostilidade, sobretudo porque os comunistas, em maio de 1947, foram excluídos dos governos da França e da Itália" (BANDEIRA, 2005, p. 153). Os líderes soviéticos responderam organizando a *Aliança de Varsóvia*, com todas as nações sob influência russa, e o *Cominform* (*Communist Information Bureau)* organização fundada em setembro de 1947 em Szklarska Poreba, na Polônia, e visava coordenar as ações dos partidos comunistas.

Em 1948, o chamado Bloqueio de Berlim foi o primeiro grande enfrentamento entre os EUA e a URSS. Uma nova moeda colocada em circu-

lação substituía o antigo marco e contava com o apoio dos créditos do Plano Marshal, era o *Deutsche Mark*. Em reação a política econômica aplicada nas zonas de influência dos Estados Unidos, Inglaterra e França, a União Soviética, acreditava que a circulação da nova moeda poderia criar um conflito com a economia da zona de influência soviética. Dessa forma, Stalin ordenou o bloqueio com a intenção de estrangular as forças aliadas e obrigá-los a deixar o território. Tratava-se de proibir a entrada de caminhões e trens que supriam o lado Ocidental de Berlim. No entanto, numa reação ainda sem precedentes na história, os aliados estabeleceram uma "ponte aérea" de enorme capacidade minando completamente o Bloqueio.

A vitória dos Aliados, e de maior expressão, dos Estados Unidos, representou um triunfo não só do Plano Marshall como reassegurou todo o discurso anticomunista. O papel que o governo estadunidense havia se autoconcedido, como condutor e defensor da democracia e da liberdade, estava enfim assegurado.

Mas se por um lado a Guerra Fria polarizava o mundo, causava tensões, exacerbava conflitos internacionais, por outro estabeleceu uma cultura anticomunista e um tipo de enfrentamento ideológico sem registro na história até então. A ideia de ameaça constante de um inimigo perigoso e terrível justificava uma série de ações preventivas e de represálias que se fizeram sentir em todos os âmbitos da vida dos Estados Unidos.

Em nome da defesa das chamadas Quatro Liberdades[4], os Estados Unidos fundou uma sociedade baseada no medo e em pouco tempo transformou o medo em paranoia, e a paranoia em ódio. O governo, a mídia, a religião, entre outras esferas, propagavam um medo sem limites que levou a sociedade estadunidense adquirir uma cultura totalitária, para utilizar um termo cunhado por Noam Chomsky (2003) em sua obra "*Controle da Mídia: os espetaculares feitos da propaganda"* onde defende a opinião de uma cultura do medo como instrumento de fabricação de aceitações e consensos em torno da política do governo estadunidense.

De fato, inaugura-se nesse período dentro do país uma onda de medo sem precedentes na história. Normalmente o Macarthismo é identificado como ápice da paranoia anticomunista nos Estados Unidos. O senador Joseph Raymond McCarthy, que desde 1950 aparece no cenário político, assume em 1952 o *Comitê de Operações Governamentais* e se torna presidente do *Subcomitê de Investigações Permanentes*. Esse período é considerado o momento de maiores atuações e investidas anticomunistas. Depoimentos, execrações públicas, perseguições, são algumas das formas de se combater o comunismo dentro de casa. O governo, partidos, organizações estudantis, sindicatos, universidades, todos foram alvos das denúncias, investigações

[4] Liberdade de expressão; Liberdade religiosa; Liberdade para possuir e Liberdade de não sentir medo.

e interrogatórios do Senador, que prevaleceu até sofrer uma ofensiva violenta por parte da mídia, que o fez cair em descrédito. Contudo até então, aproveitou de uma liberdade irrestrita para perseguir e violar os direitos de muitos cidadãos.

Era nítido o recrudescimento da tendência conservadora. O partido Republicano ganhava espaço e qualquer alusão sobre direitos e liberdade podia ser facilmente considerada como referência subversiva. Quase todos os debates políticos se baseavam na procura do melhor método de eliminar o perigo comunista e a influência de propostas esquerdizantes.

Agregado a isso, o medo se constituía em algo real e muito próximo quando o assunto era, por exemplo, a Bomba Atômica. Depois de 1949 com a revelação de que a URSS havia confeccionado a primeira bomba, instaurou-se a certeza da guerra nuclear. Abrigos antibombas, kits de sobrevivência e alarmes de emergência passam a categoria de coisas normais no dia-a-dia da população. Crianças passam a assistir na escola vídeos informativos e pedagógicos de como se comportar em situações rotineiras em caso de explosão atômica.

> Pela primeira vez na história, as crianças começaram a prender a ocultar-se debaixo das carteiras, com os olhos bem fechados e a cabeça coberta pelos braços; a ficar imóveis, de costas para as janelas e com o rosto apertado contra as paredes; a estender-se no solo, com o corpo coberto com pedaços de pano. (PEIXOTO, 1991, 64)

O vídeo foi produzido pelo *Official Civil Defense* em cooperação com o *Federal Civil Defense*. *F*oi escrito por Raymond Mauer e dirigido por Anthony Rizzo. A história usa como exemplo uma tartaruga para acentuar a mensagem que dá nome ao vídeo: *Duck and Cover*[5], ou seja, abaixe-se e proteja-se. Materiais como esse difundiam o medo e a certeza de que todos precisavam se unir contra o perigo vermelho.

No entanto, identificamos que essa histeria dos anos 50 foi de fato semeada no ano de 1947. É nesse momento, com um conjunto nem sempre articulado de ações, que se construiu uma base sólida para o que viria depois. Em meio a inúmeros eventos do ano de 1947 selecionamos alguns a fim de demonstrar como quase tudo neste ano explica o que foi a Guerra Fria.

No ano de 1947, os típicos métodos do Senador McCarthy já eram utilizados pelo *House of Un-American Activities Committee* (HUAC), ou melhor, *Comitê de Atividades Anti-Americanas*. A organização passou a investigar Hollywood e aquilo que considerava um local de infiltração comunista por excelência. Nessa lógica, os comunistas buscariam estender sua influência principalmente em esferas estratégicas como a mídia e setores da cultura,

[5] Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=-2kdpAGDu8s

como a cinema. Assim, em setembro de 1947, mais de 40 profissionais de Hollywood foram convocados para depor, porém nem todos aceitaram a validade do comitê. Em vista disso, sofreram perseguições sendo qualificados como comunistas.

Chamados para interrogatórios, dez personalidades compareceram e se recusaram a responder as quaisquer pergunta. Os envolvidos ficaram conhecidos como *Os dez de Hollywood*. Essas audiências de perseguição a roteiristas, escritores, atores e diretores trouxe grande intranquilidade ao meio. Enquanto alguns serão perseguidos duramente, como Charles Chaplin, outros aderiram e se tornaram colaboracionistas delatando seus companheiros como Elia Kazan, John Wayne, Walt Disney e Ronald Reagan.

Outros acontecimentos nos mostram o clima geral do período. Em março de 1947 Truman assina a *Ordem de Lealdade*, ou mais conhecida como Programa de Lealdade dos Empregados. Esta ordem tinha como objetivo investigar funcionários do governo e expulsar aqueles que tivessem atividades ou associações consideradas "desleais" para a nação. Assim, como se restaurou uma lei de 1940, a Lei de Smith, que entre outras coisas proibia que qualquer cidadão defendesse a derrubada do governo pela força ou filiar-se a qualquer organização com esta orientação. Tudo sempre sob o discurso da caça aos perigosos comunistas.

Em 1947, igualmente, estabelece a Lei de Taft-Harley de controle dos trabalhadores e principalmente dos sindicatos. Os sindicalistas ficavam obrigados a declarar todos os anos que não eram comunistas, impondo juramento de lealdade e enfraquecia os direitos.

Surge a *National Security Council (Conselho Nacional de Segurança)*, e a Lei de Segurança Nacional. Ao mesmo tempo nascia como sucessora do *Office os Strategic Service* (OSS), a Central Intelligence Agency (CIA), em 26 de julho de 1947. Uma das mais importantes funções da agência era manter um exército secreto que pudesse manter o governo informado, e principalmente, encarregado da missão de salvar o mundo do perigo vermelho. Em dezembro de 1947 o Conselho Nacional de Segurança emitiu a NSC4-C que encarregava a CIA das *covert actions - ações encobertas* (BANDEIRA, 2005), uma espécie de intervenção psicológica nos países comunistas e alinhados. Basicamente a ação consistia em manipulação de fatos.

Ainda durante a guerra um evento ocorrido nos EUA pode ser visto como um prenúncio do que viria a se tornar a maior contradição da histeria americana.

Em 1942 mais de 100.000 americanos com ascendência japonesa perderam todos os seus bens e direitos. Foram colocados em campos de concentração, por ordem do então presidente Roosevelt, e lá permaneceram durante toda a guerra. O país que lutou para defender os valores cristãos e levar a democracia e a liberdade para os povos do mundo. Entretanto, na sua política doméstica se habituou a usar recursos diametralmente opostos.

A manipulação como estratégia de convencimento, a coerção, o medo e a violência foram as formas eficazes de reação a ameaça dentro ou fora de casa. A história não se manifesta sem contradições.

A Guerra Fria no Brasil: 1947 e o alinhamento anticomunista

No Brasil, desde 1945, com o fim oficial da guerra as transformações no cenário político eram evidentes. O então Presidente da República Getúlio Vargas, apesar de colaborar com os Aliados, desagradava cada vez mais Washington por suas atitudes consideradas nacionalistas. Até então, Vargas teve apoio estadunidense sem restrições, porém neste novo contexto Washington entendia que era mais adequado se distanciar do Brasil, isto é, não estabelecer uma atitude ativa de colaboração, até que o governo se adequasse aos novos tempos. De fato, é com certa agilidade, em 29 de outubro de 1945, que este processo se iniciava. Era dado um golpe que destituía Vargas do cargo.

A chamada redemocratização, apesar das inúmeras contradições, foi percebida exclusivamente através da campanha para as eleições de 1945. Surgem novos partidos: o PSD (Partido Social Democrático) com muitos elementos do antigo governo; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) ligado as organizações sindicais e trabalhadores urbanos; a UDN (União Democrática Nacional) formada basicamente por opositores do Vargas e o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que voltava da ilegalidade.

Os principais candidatos foram dois militares o General Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD e Brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN. Na campanha, Dutra assumia uma postura moderada de continuidade do governo Vargas em oposição aos comunistas. O próprio Vargas em negação a candidatura de Eduardo Gomes, seu opositor direto, pede ao PTB o voto no general.

Com o acordo entre PSD e PTB para alavancar a campanha de Dutra, ocorreu em dois de dezembro de 1945, as eleições à presidência que o elegeu com mais de 54% dos votos, contra 33% do candidato da UDN. Em terceiro lugar, sem campanha e desconhecido ficou o candidato dos comunistas, o engenheiro Yedo Fiuza. Em 31 de janeiro de 1946, Dutra assume a Presidência da República do Brasil representando mudança sem alteração da ordem.

Na mesma eleição, 320 parlamentares foram eleitos: 177 do PSD, 87 da UDN, 24 do PTB e 15 do PCB. É com esse cenário político que o PSD se aproxima da UDN oferecendo dois ministérios já evidenciando o avanço conservador.

Começava ali um governo conservador, com feições liberais, mergulhado em contradições e falsas expectativas em relação ao apoio que os Estados Unidos dariam ao Brasil. No início do governo Dutra, em 1946, o

grande problema econômico das autoridades era com a inflação. A princípio existia uma crença generalizada na ajuda financeira dos Estados Unidos, que com o tempo começou a se transformar em decepção e frustração. De qualquer modo, o debate no país se pautava na indagação de quais os rumos da política econômica brasileira no pós-guerra. Essencialmente havia duas vertentes que disputavam o controle das orientações econômicas para o país.

Um dos projetos era defendido pelo industrial paulista Roberto Simonsen, grosso modo, propugnava a colaboração e intervenção do Estado para alçar o capitalismo brasileiro e alcançar a industrialização. Assim, a solução estava menos no capital privado atuando livremente, e mais no capital público direcionado pelo Estado. Simonsen liderava o grupo que sugeria a criação de um *Plano Marshall para a América Latina*. Com a vinda do General Marshall ao Brasil, em 1947, o pedido para tal programa foi respondido com a afirmação de que o desenvolvimento da região se daria, diferentemente do europeu, com a colaboração entre os grupos privados e os cidadãos, ou seja, era preciso buscar o capital privado (FAUSTO, 2007, p. 85).

O outro projeto defendido por Eugenio Gudin, membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças, em linhas gerais defendia uma economia liderada pela iniciativa privada que favorecesse a entrada de capital estrangeiro. Era opositor da proteção e de qualquer intervenção estatal, ou seja, menos regulamentação do mercado. Conforme Rosemary Thorp, University Reader em Economia da América Latina, "Gudin liderava uma sólida facção neoliberal, que embora não se opusesse a industrialização per se, era contrária firmemente à proteção". (THORP, 2005, p. 99)

Conforme o economista Pedro Paulo Zahluth Bastos,

> A liderança de Simonsen e Gudin em meio a seus pares, a importância dos temas tratados e a clareza de seus argumentos ajudariam a consolidar duas das matrizes ideológicas amplas que orientariam controvérsias na economia política do pós-guerra, sem constituir projetos acabados, mas em permanente reelaboração dentro de um quadro geral já antecipado naquela controvérsia: desenvolvimentistas vs. liberais, ou industrialistas vs. monetaristas (BASTOS, 2004, p.106, grifo nosso).

Com efeito, o governo Dutra depositou todas as suas cartas numa nova política econômica por parte dos EUA, de fato, inexistente. O tamanho da esperança desse convênio como "aliado especial" que resultaria em auxilio econômico, foi do mesmo tamanho da desilusão quando da percepção que o capital estrangeiro não chegaria como imaginado. Disto resultou que "as políticas acabaram por consolidar-se em torno de uma mistura infeliz das duas posições" (BASTOS, 2004, p.106), essencialmente por que a postura política pensada para este momento não condizia com a realidade do novo mundo capitalista. O mundo pós-guerra era perturbador.

Esse período entraria para história pelas reviravoltas econômicas, poucas atitudes práticas de resolução dos problemas financeiros internos e nenhuma concretização das esperanças de apoio estadunidense. Nas palavras de Gerson Moura um "alinhamento sem recompensa" (THORP, 2005, p. 126).

O fato é que a crença de que a solução dos problemas brasileiros estava na ajuda estadunidense gerou uma expectativa que se apresentava em forma de alinhamento ideológico e político. O governo Dutra entendia que o alinhamento político provaria o comprometimento do Brasil e isso traria os investimentos desejados.

Combater o comunismo, repreender as exigências dos movimentos operários e insistir na nova configuração democrática do país seriam atrativos perfeitos para os amigos estadunidenses. Evidentemente que esses elementos se aliam ao medo que a tradicional classe dominante brasileira tinha da crescente organização da classe trabalhadora, das greves e das reivindicações. Vale destacar dois pontos sobre essa questão.

Primeiro, ressaltar que por mais que houvesse essa interpretação do alinhamento em troca de investimento, esse interesse nunca existiu verdadeiramente por parte dos Estados Unidos que desde o fim da guerra se preocupou menos com a América Latina, e muito mais com os ganhos possíveis na reconstrução da Europa e com o imprescindível combate ao poder soviético.

Em segundo lugar, é válido lembrar que analisar esse período passa, necessariamente, pela compreensão do significado do anticomunismo na cultura política brasileira.[6] O anticomunismo brasileiro foi marcado pelas influências estrangeiras, com destaque evidente para os Estados Unidos, entretanto, existiram situações singulares no Brasil que contribuíram para a construção de um imaginário próprio à dinâmica da política brasileira.

Com a Revolução de 1917, o anticomunismo é a reação imediata ao advento do bolchevismo. Os países capitalistas dedicaram todos os esforços no combate efetivo contra os comunistas, e no Brasil, país tradicionalmente consumidor de produtos e valores estrangeiros, não foi diferente. Em nosso país a divulgação negativa do comunismo começou pela imprensa que acompanhava a opinião dos jornais europeus, e mais diretamente, dos Estados Unidos.

[6] Analisar as particularidades do conceito anticomunismo não é a finalidade deste artigo. O conceito aqui é explicitado apenas para o entendimento de como as ações políticas do governo Dutra buscou se alinhar aos Estados Unidos naquele momento de inserção da Guerra Fria no Brasil. Sobre o conceito é válido indicar para aprofundamento teórico: RODEGUERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul* (1945-1964). Passo Fundo, EDIUPF, 1998; SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros* (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRGS, 2001 e MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais* (1922-1989).Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1988, p. 120.

Podemos apontar dois momentos distintos dessas influências no Brasil. Nas décadas de 20 e 30 havia uma forte inspiração do anticomunismo europeu, fundamentalmente o francês. Com as mudanças após a Segunda Guerra e a bipolarização mundial, a influência estadunidense se faz notar pela utilização em larga escala de autores considerados verdadeiros manuais do anticomunismo.

Assim, o "anticomunismo tornou-se uma tradição, em outras palavras, configurou-se como fenômeno estrutural" (MOTTA, 2002, p. 279). Nessa perspectiva, vale ressaltar o estudo de Leandro Konder sobre as distorções da teoria marxista no início do século no Brasil:

> No começo dos anos 30, a 'recepção' das ideias de Marx no Brasil se realizava em condições marcadas por uma conjunção de diversos fatores extremamente adversos, desfavoráveis à compreensão dos aspectos mais dialéticos do pensamento da filosofia alemã. (KONDER, 2009, p. 19)

Dessa forma, há muito o anticomunismo mobilizava as políticas públicas, instituições religiosas e a imprensa num combate ardente. Portanto, a sociedade brasileira a muito já havia aprendido a odiar e temer os comunistas.

O governo Dutra foi o receptor imediato das novas concepções e influência que as Forças Armadas, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, receberam do contato com a Doutrina de Segurança Nacional estadunidense. Depois da participação na guerra ocorreu um estreitamento dos laços entres os militares brasileiros e o exército dos Estados Unidos gerando uma aliança não apenas técnica de formação e métodos, como também ideológica.

É nesse contexto que ocorre uma reorganização militar no Brasil em consonância com o modelo estadunidense. "Criou-se um Estado-Maior das Forças Armadas, reorganizou-se o Ministério Guerra e criou-se a Escola Superior de Guerra – tudo dentro dos padrões norte-americanos" (MOURA, 1991, p. 67). Evidentemente que o novo governo do general Dutra não só fortaleceu o papel dos militares, como igualmente, a relação entre os exércitos dos dois países. (SODRÉ, 2010)

Identificamos que todo esse contexto político interno somado aos eventos internacionais, unido ainda, a tradicional postura anticomunista sempre existente no Brasil, intensificaram não apenas o discurso de ataques aos comunistas como ações políticas efetivas para o desaparecimento destes do cenário nacional.

Em 1947 o Brasil viveu uma sucessão de eventos que de maneira direta ou indireta culminou na consolidação de um tipo de discurso anticomunista que construirá as bases de justificativa da maior ruptura democrática do século XX, o golpe militar de 1964. O ajustamento do governo brasileiro aos interesses da maior potência mundial, que deliberadamente buscou o

controle e a hegemonia no pós-guerra, não gerou os dividendos desejados, mas provocou o surgimento de uma nação que aprendeu a amar o *American way of life*.

A grande primeira inserção de peso do Brasil em 1947 foi a eleição de Osvaldo Aranha como Presidente do Conselho de Segurança da ONU em fevereiro de 1947. Aranha reconhecidamente um político, nas palavras de Moura, "campeão da causa americana" (MOURA, 1991, p. 62), enquanto chefiou o Itamaraty, de 1938 a 1944 teve melhor percepção dos interesses estadunidenses. Assim, apesar de seu alinhamento era bem realista sobre os reais interesses atrás das disputas internacionais. O famoso jornalista norte-americano Drew Pearson, escreveu uma coluna especial sobre o brasileiro Osvaldo Aranha tecendo os mais elogiosos adjetivos. Essa coluna foi publicada também no Brasil pela prestigiada revista de Assis Chateaubriand, O Cruzeiro, em 03 de janeiro de 1948, e salientava:

> É provável que a média dos leitores de jornais não pense no ex-Ministro de Relações Exteriores do Brasil como 'americano', já que temos o mau hábito de julgar que só os norte-americanos são americanos. Mas não só Aranha é um grande americano – seja do norte ou do sul – como também é um dos maiores amigos dos Estados unidos. (...) A ONU, às vezes titubeante, saiu de todas as provas sempre mais forte e sólida graças ao fato de ter como timoneiro o hábil Aranha (PEARSON, O CRUZEIRO, p. 24)

No entanto, Aranha protagonizou duas situações que evidenciavam as contradições de nossa política externa à época. Essa contradição pode ser explicada pelas discordâncias em relação ao comportamento do Brasil entre o conservador Raul Fernandes, chefe do Itamaraty e a delegação do Brasil na ONU.

A primeira situação é que Oswaldo Aranha será reeleito para a II Assembleia Geral, em setembro de 47, sem o voto da delegação brasileira. A segunda situação foi a substituição da Polônia no Conselho de Segurança da ONU. Os Estados Unidos que apoiava a Ucrânia mudou seu voto para a Índia. Oswaldo Aranha manteve seu voto na Ucrânia alegando não saber da mudança dos EUA. Essa ocorrência gerou indignação em Raul Fernandez que defendia a ideia de que deveríamos votar sempre com os Estados Unidos e absolutamente contra o bloco soviético, sem exceções. Foi acusado por Raul de "russófilo" e de violar as tradições diplomáticas do Brasil (BANDEIRA, 2007. Conforme citado por Muniz Bandeira, Aranha alegou:

> nunca demos um voto aos russos que não houvesse sido pedido pelos americanos e com eles combinado – justificou Aranha. E aduziu: Tornarmos (...) mais realistas que o rei seria uma impertinência (BANDEIRA, 2007, p. 433).

Como veremos o conservadorismo do Dutra se apresentava para além das expectativas estadunidenses, e em diversos momentos, parafraseando Oswaldo Aranha, foi *mais realista que o rei*.

O festejado diplomata, em consequência dessa situação atribulada, não participará do importante encontro que se realizou no Rio de Janeiro entre agosto e setembro de 1947, A *Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança* que procurou resoluções a questões sobre a defesa do continente. Foi neste encontro que se assinou o *TIAR – Tratado de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro* que regulamentava o chamado exercício da legítima defesa individual ou coletivo, conforme documento em que os países "concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos" [7]

Este acordo é aqui apreendido como selamento da adesão oficial, apesar das inúmeras demonstrações de alinhamento e subserviência, a Guerra Fria. Para os Estados Unidos que neste momento tem suas atenções voltadas para a Europa e possível expansionismo russo, o *TIAR* representava uma política de cuidado para não perder o tradicional apoio latino americano. De fato, para os estadunidenses não era significativo o interesse político e econômico em relação à América Latina. Porém perder o apoio, ou até mesmo, diminuir sua influência não seria adequado. O momento era de demonstração de força no cenário internacional.

Para a sessão de encerramento o Presidente Truman chegou ao Brasil em setembro de 1947 recebido com honras e festejado pela imprensa. Talvez a boa recepção de Truman tenha começado a ser articulada muito antes disso. Mais exatamente no começo do ano, quando em maio de 1947, depois de muitas articulações políticas o PCB foi colocado novamente na ilegalidade.

O PCB sempre sofreu perseguição e rejeição. A Igreja Católica proclamava no Manifesto do Episcopado Brasileiro sobre a Ação Social: "A luta de classes é abominável aos olhos de Deus porque divide os homens sob o signo do ódio, da violência e da morte" (FAUSTO, 2007, p. 425). Na memória ainda recente o Levante de 1935 figurava como o melhor exemplo das intenções maléficas dos comunistas. Como sabido, a estratégia de atacar o Levante de 35 foi bem eficaz, pois posteriormente - em 1947 - serviu de argumento para a cassação do Partido.

O PCB conseguiu burlar por algum tempo os ânimos exaltados. Sendo que nas palavras do ainda Ministro de Getúlio Vargas, General Dutra, em abril de 1945, teriam seus direitos garantidos desde que se mantivessem dentro dos preceitos políticos instaurados, alinhados a democracia, obedientes as autoridades e principalmente que abrissem mão dos processos revolucionários (REZENDE, 2006, p. 57).

[7] Para acesso ao texto integral ver Site do Ministério das Relações Exteriores em http://www2.mre.gov.br/dai/home.htm

Deste modo, em 23 de maio de 1945, o PCB era legalizado e deveria andar nos trilhos. E andou. Abrandou o discurso num momento de crise intensa na política brasileira, numa clara estratégia de autopreservação. E alinhado com as orientações do Partido Internacional, controlado pelos stalinistas, aderiu aos princípios de que o partido deve dirigir e não ser dirigido pelas massas. Assim, com prudência, apoiando a "democracia" conseguiu permanecer no cenário político mesmo após o golpe contra Vargas e participar das eleições de dezembro de 1945.

Para angariar fundos para a campanha realizou-se em São Paulo um jogo amistoso entre Corinthians e Palmeiras com renda destinada ao MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores). O MUT foi criado em abril de 45 pelo PCB como uma organização intersindical para todo o Brasil. "Seus dirigentes eram membros do PCB, e era comum o MUT realizar arrecadação de fundos em eventos do partido" [8], afirma Aldo Rebelo que escreveu a obra Palmeiras versus Corinthians – 1945: O Jogo Vermelho (2010). O jogo aconteceu no Pacaembu, em 13 de outubro de 1945, arrecadou CR$ 114.464,00 e terminou com o placar de 3 a 1 para o Palmeiras. Nesta eleição Luís Carlos Prestes foi eleito senador e mais 14 deputados.

Em 1946, o PCB possuía oito jornais diários, duas editoras e seu principal jornal em circulação no Rio de Janeiro vendiam cerca de 30 mil exemplares, um fenômeno para a época. Possuía cerca de 200 mil filiados. Com o tempo aumentou a aproximação com os movimentos dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que o cenário internacional começou a mudar. Internamente começam a eclodir greves e o PCB passou apoia-las o que deu início a grandes desentendimentos na Assembleia Constituinte. O inicio da repressão foi marcado pelo fechamento de sedes do partido. Em resposta, o Partido organizou uma festa em comemoração a um ano de legalidade ocorrida no Rio de janeiro em maio de 1946. No mesmo ano começaram a ser exonerados funcionários do governo e do exército que tivessem qualquer ligação com o Partido.

Em abril de 1947, foi aberta a sessão no Tribunal Superior Eleitoral que deliberou por três votos contra dois à cassação do PCB. Em 10 de maio de 1947, foi formalizada a obrigatoriedade da extinção das atividades do Partido Comunista no Brasil. Logo surgiu a pressão para uma posição clara do governo sobre a questão dos mandatos dos políticos comunistas. Em junho do mesmo ano, o PSD pediu para que o TSE se pronunciasse em relação aos mandatos. O objetivo era cassar os representantes eleitos no último pleito. No entanto, o TSE entendeu que não havia nada na Constituição que desse poder a entidade para tomar tal decisão criando um embate que se arrastaria por meses.

[8] Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u726236.shtml

Entrementes, outra batalha se formava agora nas relações diplomáticas do Brasil com a URSS. Com relações rompidas desde 1917, o Brasil se vê obrigado a restabelecer o diálogo em vista do seu interesse de estar nas mesas de negociação após a Segunda Guerra ao lado dos Aliados. Assim, após 28 anos da revolução bolchevique o Brasil passava a reconhecer a URSS. Para os Estados Unidos era importante a presença de mais um aliado fiel nas mesas de negociação e por isso intermediam a retomada das relações. Mario Pimentel Brandão, político conservador do Estado Novo, foi enviado a Moscou em junho de 46 e ficou conhecido pelas suas reclamações sobre Moscou que considerava um lugar imundo e atrasado.

Em nenhum momento, desde o reestabelecimento das relações diplomáticas, houve qualquer demonstração de vontade política real que possamos encontrar nos documentos. O Brasil não chegou a ter sede própria e nem mesmo um intérprete da língua russa. No Brasil, igualmente o embaixador soviético, Jacob Suritz, reclamava da falta de atenção dispensada a ele.

A visão restrita e eivada de preconceitos em relação aos russos fez com que o Brasil não conseguisse nem vislumbrar possibilidades de ganhos, nem diplomáticos e nem tão pouco comerciais. De fato, a retomada das relações em 1945 entre Brasil e URSS pode ser entendida no máximo como uma acaso das circunstâncias, mais especificamente os interesses que uniam o Brasil aos Estados Unidos após a guerra.

A verdade é que em nenhum momento o governo e os responsáveis pela política externa brasileira estiveram imbuídos de tal tarefa, muito pelo contrário, a visão de que os comunistas eram seres ardilosos e violentos, prontos para dar o bote, como no Levante de 35, nunca desapareceu. Depois de inúmeros episódios de acusações, embates e denúncias, ocorreu a piora das relações entre os dois países, impulsionada ainda mais com a cassação do Partido Comunista.

A imprensa russa começa uma ofensiva contra o governo brasileiro. Em 10 de outubro de 1947, o embaixador brasileiro encaminha ao governo soviético uma exigência de retratação. A resposta negativa gerou a confortável condição de rompimento das relações diplomáticas em 21 de outubro de 1947. Assim, após 16 meses da reestabelecimento desconfortável das relações diplomáticas com a URSS o Brasil retomava a sua tradicional condição anticomunista. A grande ironia deste episódio foi o fato de que os Estados Unidos foram contrários a esse rompimento, alegando que ataques ao presidente estadunidense por parte da imprensa eram absolutamente normais e jamais considerados motivos suficientes para desencadear problemas diplomáticos. Assim, no ano de 1947 é emblemático. Enquanto a Guerra Fria estava sendo construída, no Brasil já era possível sentir seus efeitos. O país se antecipava aos demais países.

Nesse ínterim, as ações para a cassação dos parlamentares comunistas era ferrenha. Depois de longa batalha que durou meses, em 7 de janeiro

de 1948, por 169 votos a favor e 74 contra, formalizava-se a cassação dos mandatos dos representantes eleitos do Poder Legislativo. Após a resolução da extinção dos mandatos, no último dia de sessão, Gregório Bezerra, já cassado, pronunciou seu último discurso onde acusava o governo Dutra de incompetência por achar que o problema do Brasil seria resolvido combatendo comunistas. Destarte, a política do governo Dutra foi marcada pelo conservadorismo extremado. Suas ações foram pautadas pela necessidade de afastar o perigo vermelho. Essa ameaça russa foi a justificativa que balizou a cassação do PCB, dos seus representantes e o rompimento com a URSS. É válido, portanto afirmar, que o governo Dutra colocou o discurso anticomunista já existente no Brasil em consonância com o modelo estadunidense daquela nova fase, a Guerra Fria.

Concordamos com a constatação de Motta que "O anticomunismo não precisava ser importado dos Estados Unidos, ele já existia previamente e possuía aderentes inflamados" (MOTTA, 2007, p. 236). O que acrescentamos nessa assertiva, é que a partir de 1947, ocorreu uma reinvenção do anticomunismo brasileiro que tomou feições mais americanizadas, sem, no entanto perder suas características. Entra em conformidade com uma espécie de modelo ideológico que perduraria por toda Guerra Fria.

Comunistas que articulam tomar os meios de comunicação para dominar o cidadão comum criam mecanismo de infiltração nos lares, comunistas ateus infiéis, sem valores cristãos, portanto perversos e cruéis, comunistas sedutores que usam de artimanhas para penetrar na consciência dos cidadãos. Tudo isso parece um discurso exacerbado e fantasioso. Concedia aos comunistas poderes especiais como de um *super-herói do mal*, é claro. Em contrapartida, a acusação de que existiu uma orquestração no combate ao comunismo, comandada pelos Estados Unidos também são taxadas de exageradas. No entanto, são inúmeras evidências da existência de um modelo político e ideológico encontrado em diferentes esferas nas nações alinhadas ao capitalismo estadunidense para combater o perigo vermelho.

No Brasil, elaborou-se um aparato institucional, demonstrando uma enorme capacidade de organização no combate ao comunismo, que utilizava as informações rapidamente trazidas dos Estados Unidos para servir como base de ação. Foi o caso da criação de um serviço que mantinha as autoridades brasileiras constantemente atualizadas com informações sobre as atividades comunistas nos Estados Unidos (VALIM, 2006, p. 132).

Igualmente podemos observar esse modelo ideológico nos filmes aterrorizantes e de demonização dos comunistas transformando-os em perigosos vampiros ou alienígenas, como nos filmes hollywoodianos O Planeta Vermelho ou Vampiro de Almas. Podemos também observar a permanência desse modelo na imprensa brasileira marcada por um anticomunismo ferrenho, defendiam o American Dream e do modelo ideal de moderniza-

ção, identificando o estilo de vida estadunidense como adequado, colaborando com a ordem estabelecida.

Os exemplos citados anteriormente nos fornecem bons argumentos do modo de atuação em que se opera o anticomunismo e suas especificidades no Brasil. Nosso estudo segue a compreensão de Eric Hobsbawm onde "os historiadores são o banco de memória da experiência" (HOBSBAWM, 1998, p. 37).

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de História),** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARROS, Edgar Luís. **A Guerra Fria**, Campinas, Ed Unicamp, 1985.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948) In: **História econômica e História de empresas VII**, 2004, p. 99-135, 2004. Disponível em: http://www.portaideias.com.br/clientes/hbphe2/images/stories/Bastos. Acesso em 04 de fevereiro de 2012.

CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia***:* os espetaculares feitos da propaganda*.* Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira** – Economia e Cultura (1930-1964), Tomo III, O Brasil Republicano, volume 11, 4ª Ed. RJ: Bertrand Brasil, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções 1789-1848.** Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOBSBAWM, Eric.. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991.** Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**: a recepção das ideais de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOURA, G. **Sucessos e Ilusões**: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. RJ: FGV, 1991.

MUNHOZ, Sidnei J. Debatendo as origens da Guerra Fria*.* In: SILVA, Francisco C. Teixeira da, et al. **Dicionário do Século XX**: Guerras & Revoluções (Eventos, Ideias & Instituições). Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PEARSON, D. **Desordens comunistas no Brasil**, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, p. 24, 3 jan. 1948.

PEIXOTO, Fernando. **Hollywood:** episódios da histeria anticomunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REBELO, Aldo. **Palmeiras X Corinthians, 1945:** o jogo vermelho. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

REZENDE, Renato Arruda. **1947, O ano em que o Brasil foi mais realista que o rei**: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2006, 115p.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos.** Trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SYRETT, Harold C. (org) **Documentos históricos dos Estados Unidos.** Trad. Octávio Mendes Cajado, São Paulo: Cultrix, 1960.

THORP, Rosemary. **As economias latino-americanas 1939- 1950**. In: Col. História da América Latina, vol. VI, A América Latina após 1930: Economia e Sociedade/ org. Leslie Bethel, trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo, Edusp, 2005.

VALIM, Alexandre Busko. Imagens Vigiadas: **Um a história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria (1945-1954).** Universidade Federal Fluminense. Niterói. RJ. Tese Doutorado. 2006.

Artigo recebido em 30/04/2012, aceito par publicação em 14/11/2012 e publicado em 20/12/2012.